

CGU aponta falta de transparência, e Dino suspende repasse a ONGs**Dino trava emendas para ONGs sem transparência**

Relatório da CGU com base nas entidades que mais receberam recursos aponta que metade delas não divulga informações sobre verbas indicadas pelos parlamentares. Organizações que apresentaram dados incompletos têm dez dias para se adequar

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@globo.com.br
BRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de repasses de emendas parlamentares para as organizações não governamentais (ONGs) que, de acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU), não apresentam transparência adequada sobre o destino dos recursos.

Em dezembro de 2024, foram empenhados R\$ 137 milhões para as 13 ONGs e entidades afetadas pela decisão. No mesmo período, foram pagos R\$ 16,9 milhões. A decisão não determina a restituição do montante, mas trava novos envios de verbas, inclusive aquelas já empenhadas, ou seja, reservadas para o gasto.

Já as ONGs que apresentaram informações incompletas têm um prazo de dez dias para complementar os dados. Caso contrário, também serão alvo da suspensão.

A CGU analisou 26 entidades — selecionadas como uma amostra, a partir do maior recebimento de recursos — entre 676 organizações sem fins lucrativos beneficiadas com emendas parlamentares em dezembro de 2024. De acordo com o relatório, apenas 15% tiveram a transparência adequada, e 35% apresentaram informações de forma incompleta.

O relatório avaliou se a "organização divulga na internet, de forma acessível, clara, detalhada e completa, o recebimento e a execução



Novo round. O ministro Flávio Dino durante sessão no Supremo Tribunal Federal (STF); magistrado vem travando embate com o Congresso sobre emendas parlamentares

dos recursos". O critério só foi plenamente atendido em quatro dos casos.

“Extraí-se que apenas quatro das 26 ONGs/Entidades que deveriam promover a transparência sobre a aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares o fizeram conforme regramento estabelecido (15%), outras 35% divulgam as informações de forma parcial, e 50% não divulgam ou divulgam de forma inadequada”, diz o texto.

CONTROLE SOCIAL AFETADO

O relatório da CGU foi enviado na última quinta-feira ao STF, atendendo a uma determinação de Dino, que é relator de um processo sobre as regras de transparência das emen-

R\$ 137
MILHÕES

Valores empenhados para as 13 ONGs e entidades afetadas pela decisão de Dino: R\$ 16,9 milhões já foram efetivamente pagos

das parlamentares.

A CGU aponta que “a ausência ou insuficiência de transparência ativa dificulta o controle, especialmente o controle social, essencial para a supervisão adequada e a garantia de accountability na aplicação dos recursos públicos”. O relatório também avaliou se houve liberação de recursos para ONGs com irregularidade detectada, mas apontou que nenhuma das entidades ava-

liadas possui restrições.

Em outra apuração relacionada com verbas indicadas por parlamentares, uma auditoria da CGU entregue ao STF em novembro de 2024 apontou que recursos de emendas Pix foram usados para bancar micaretas, festas juninas, a reforma de um clube e corridas de carro pelo país. Com base nas notas de empenho incluídas no relatório do órgão de fiscalização, O GLOBO identificou que foram encontradas irregularidades no envio de emenda para bancar o carnaval de Santana, no Amapá, e a festa de aniversário de Olapoque, município de 27,4 mil moradores a 577 quilômetros de Macapá. Na época, as prefeituras não se manifestaram.

Na ocasião, a auditoria analisou dez entidades do terceiro setor que, juntas, já foram beneficiadas com R\$ 27 milhões em recursos empenhados, ou seja, quando o gasto já está reservado. Desse montante, R\$ 18 milhões já saíram efetivamente dos cofres públicos. As emendas Pix funcionam como um atalho e chegam mais rapidamente ao caixa dos destinatários das indicações dos congressistas.

Outros relatórios da Controladoria indicaram que sete ONGs beneficiadas com R\$ 482,3 milhões em emendas parlamentares entre 2020 e 2024 não têm capacidade técnica para executar os projetos para os quais receberam os recursos. O órgão detectou ainda

que, em um universo de 256 obras financiadas pelos parlamentares, 38,6% (99) delas nem sequer começaram.

As suspeitas sobre possíveis irregularidades envolvendo a destinação de emendas levaram Dino a determinar que a Polícia Federal investigue o mecanismo. Em decisão do último domingo, o ministro afirmou que a apuração sobre o tema “torna-se a cada dia mais nitida”.

‘ÁPICE DA BALBÚRDIA’

O posicionamento de Dino faz parte de um embate sobre o tema que vem sendo travado com o Congresso. No dia 2 de dezembro, o ministro liberou o pagamento de emendas, que estava bloqueado desde agosto, mas estabeleceu novos critérios de transparência, além dos estipulados em uma lei aprovada pelo Parlamento.

Dez dias depois, 17 líderes da Câmara enviaram um ofício ao governo federal pedindo a liberação de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão. O pagamento foi autorizado pelo Executivo, em meio às negociações para aprovar medidas de corte de gastos.

Dino, contudo, determinou que o pagamento fosse suspenso, por considerar que as indicações não atenderam aos critérios estabelecidos, como a identificação dos autores das emendas. O ministro chegou a afirmar que o modelo usado pela Câmara para alocar os recursos representava o “ápice de uma balbúrdia quanto ao processo orçamentário”. A suspensão também foi aplicada posteriormente em relação a um conjunto de emendas de comissão do Senado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 6